CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1.484/79 - Reautuado em 18.03.1980 APENSO SE N° 3697/79

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/HOSPITAL DE PESQUISAS
E REABILITAÇÃO DE LESÕES LABIOPALATAIS/BAURU

ASSUNTO: Convênio visando ao atendimento de portadores de malfor-
mações congênitas labiopalatais, matriculados em escolas
de 1º grau.

RELATORA: Cons. Maria Aparecida Tamaso Garcia

PARECER CEE N° 647/80 CPL APROVADO EM 23/04/1980

I - RELATÓRIO

HISTÓRICO: - O Senhor Secretário de Estado da Educação encaminha ao exame deste Conselho Minuta de termo de convênio de cooperação educacio-
nal a ser celebrado entre aquela Secretaria e o Hospital de
Pesquisa e Reabilitação de Lesões Labiopalatais, da Univer-
sidade de São Paulo, localizado em Bauru, objetivando o aten-
dimento de portadores de malformações congênitas labiopala-
tais matriculados nas escolas de 1º grau.

A referida Minuta consta de 10 (dez) cláusulas, assim redi-
gidas: -

"Cláusula Primeira: - Do Objeto - As partes convenientes esta-
belecem como objetivo do presente convênio o atendimento
de alunos do 1º grau, portadores de malformações congêni-
tas labiopalatais.

Cláusula Segunda: - Das Obrigações da Secretaria de Estado
da Educação - Compete à Secretaria de Estado da Educação:
a) destinar recursos financeiros para a aquisição de mate-
rial de consumo (odontológico e hospitalar), serviços e
equipamentos; b) prestar assistência e orientação especí-
fica quando solicitada e necessária.

Cláusula Terceira: - Das Obrigações da Entidade Conveniente-
Compete ao Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões
Labiopalatais: 1.) Atendimento de toda criança fissurada
matriculada no ensino de 1º Grau do Estado, visando a sua:
a) recuperação estética e funcional; b) orientação e recu-
peração psicológica; c) orientação e integração social; d)
orientação e tratamento fonoaudiológico; e) orientação e
tratamento médico-odontológico. 2.) Promoção da educação e
orientação através de setores especializados as unidades
de ensino que possuam crianças com esse tipo de problema.
3.) Orientação, através do setor odontológico da unidade
escolar, sobre o tratamento em execução no hospital. 4.)

Orientação sobre educação em saúde aos escolares fissurados. 5.) Preparação para a alfabetização, durante o período de internação, da criança em idade pré-escolar. 6.) Dar continuidade, durante o período de internação ao processo de escolarização da criança fissurada. 7.) Dar início, durante o período de internação, à alfabetização de pacientes adolescentes e adultos. 8.) Dar conhecimento a Secretaria de Estado da Educação dos trabalhos de pesquisa realizadas em crianças fissuradas em idade escolar.

Cláusula Quarta:- Da Alocação de Recursos - Para a execução do que se estabelece na letra "a" da cláusula segunda deste convênio, a Secretaria de Estado da Educação concederá à entidade conveniente o montante de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para o ano corrente.

Cláusula Quinta:- Dos Recursos - A Secretaria de Estado da Educação, no exercício financeiro de 1980, concederá à entidade conveniente a importância de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), onerando a despesa à Conta do subelemento econômico 3.1.3.2.5.0 - Encargos Custeados com Receita Própria e 4.1.3.0.1.0 - Investimentos Custeados com Recursos Próprios, Categoria Funcional Programática 08.42.188.2.002 - Atividades para Melhoria do Processo Ensino, vinculada à Unidade de Despesa 08.01.01 - Gabinete do Secretário.

Cláusula Sexta: - Do Crédito - O pagamento dos recursos previstos neste convênio será efetuado no exercício de 1980, através de agência do Banco do Estado de São Paulo S/A - (BANESPA), indicada pela entidade conveniente.

Cláusula Sétima:- Da Prestação de Contas - A prestação de contas dos recursos financeiros provenientes deste acerto será entregue na Divisão Regional de Ensino a que a entidade conveniente estiver jurisdicionada, obedecidas as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Cláusula Oitava:- Das Alterações - As dúvidas que surgirem na execução do presente convênio e os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes signatárias deste instrumento.

Cláusula Nona:- Da Vigência - O presente convênio terá vigor no exercício de 1980.

Cláusula Decima:- Da Inadimplência - A inadimplência das obrigações definidas neste instrumento implicará na sua denúncia por qualquer uma das partes convenientes, garantindo-se aos alunos a continuidade dos atendimentos, até o término do ano letivo.

Cláusula Décima Primeira:- Do Foro - Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para a solução de qualquer pendência oriunda deste ajuste.

E, por estarem concordes, lavra-se o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor, que vai assinado pelas partes e testemunhas, depois de lido e achado conforme." A Minuta em questão resultou de solicitação feita pelo Senhor Diretor do Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Labiopalatais, de Bauru, ao Senhor Secretário de Estado da Educação, tendo em vista "dificuldades orçamentárias pelas quais passa o Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Labiopalatais, razão pela qual esta Diretoria tem procurado, insistentemente, obter recursos complementares de outras Fontes." Prosseguindo, o Sr. Diretor expõe a necessidade de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para o exercício de 1980, com a "finalidade básica de aquisição de material de consumo (principalmente material odontológico e hospitalar), serviços e equipamentos indispensáveis para o perfeito funcionamento do Hospital..."

Na justificativa em anexo o Sr. Diretor expõe a situação das crianças afetadas pela mencionada malformação, abordando aspectos relativos a sua escolaridade e educação: "O período mais crítico do portador de malformação congênita labiopalatais se dá durante a escolarização, quando se desenvolve uma luta íntima, pois o indivíduo sente a necessidade de aprender e, para isso, tem que vencer o constrangimento de se apresentar entre os discípulos. Outras vezes essa luta se desenvolve com a família, que insiste em obrigá-lo a frequentar a escola, onde a exposição do seu defeito torna insuportável o convívio escolar. Nesse período não é só a curiosidade dos colegas que cria um ambiente desagradável, mas também o espírito de crítica, que se desabrocha em sua forma mais espontânea - o apelido.

Nessa fase as reações são distintas: ora desencadeia-se um sentimento de revolta, ora um alheamento e indiferença pelos atrativos do meio. Se possui um temperamento comunicativo e extrovertido, defende-se, formando um pequeno círculo de colegas; se não o possui, desenvolve um sentimento de revolta, que é mais nefasto, porque vai se estendendo dos colegas aos mestres, dos mestres aos pais, dos pais aos parentes, enfim, a todos e a tudo, sendo inevitável o aparecimento de complexos de inferioridade e recalques, com repercussão na inclinação profissional

e no estado de vida, pela frustração que determina. Através de levantamento efetuado em nosso Hospital com pacientes maiores de 10 anos, foi possível comprovar essas manifestações em 100% dos casos, com gravidade variando de acordo com os grupos em estudo.

Outro fato interessante a ser assinalado e que, quanto mais diferenciado socialmente e o paciente, maiores são os problemas e maior a revolta.

Com relação aos da classe média, observa-se uma baixa percentagem de pacientes com escolaridade primária, destacando-se pelo menos 218 que sequer completaram essa formação; por outro lado, observa-se ainda que muitos deles pararam seus estudos no colegial, não o completando, evidenciando ser esta etapa final e decisiva da vida estudantil de nossos pacientes.

Embora o grau de deformidades dento-maxilo-mandibulares apresentadas por esses pacientes não seja tão grave, a limitação maior enfrentada por eles e a dificuldade de comunicação, devido à nasalização de voz, fato que justifica a paralisação e não continuidade dos estudos.

Com relação aos pertencentes a classe social baixa, apresentam o seguinte quadro: pais analfabetos, padrão de vida mais baixo, alimentação precária, relação patrão - empregado de natureza econômica ou mais do que econômica, envolvendo paternalismo da parte do primeiro e subserviência e lealdade de parte do último. Este é o quadro dentro do qual se insere a vida de nossos pacientes, que muito cedo começam a trabalhar, frequentando ou não a escola rural, na qual apenas 10,00% conseguem completar o curso primário e alguns, mais afortunados, chegam a frequentar até o ginásial, mas não a concluí-lo, porque são muito mais agredidos do que os grupos anteriores, dada à aparência contundente que os leva à completa marginalização."

O protocolado foi examinado pelos órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação que se manifestaram favoráveis.

APRECIÇÃO:- Através do Parecer 1227/79, este Conselho aprovou convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e o Hospital de Pesquisas e Reabilitação de Lesões Labiopalatais da Universidade de São Paulo, concedendo a esta entidade... Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para construção do Setor Recreativo - Esportivo - Pedagógico do mesmo Hospital. No seu parecer o Cons. Roberto Moreira diz o se-

guinte:

"É quase impossível objetar quanto ao mérito, em si mesmo, do objetivo do esforço cooperativo ora encetado pela Secretaria de Estado da Educação e pelo Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Labiopalatais, da Universidade de São Paulo, localizado em Bauru. Talvez se possa argumentar a existência de outras prioridades que a Secretaria de Estado da Educação teria condições de atender com os mesmos recursos, mas não se pode argumentar contra a necessidade do atendimento físico-psíquico-escolar de pacientes portadores de lesões labiopalatais.

Dois outros aspectos devem ser notados na minuta do Convênio. Se o Hospital está ligado diretamente a Reitoria da Universidade de São Paulo, parece-nos que tais dotações para despesas de capital deveriam estar previstas no próprio orçamento da Universidade. Neste momento a Secretaria de Estado da Educação fará as transferências para tais despesas de capital, mas estamos cogitando de onde advirão os recursos para as despesas correntes, necessárias para a manutenção do funcionamento da Unidade Recreativo-Esportivo-Pedagógica.

Cabe-nos fazer, também, uma ressalva quanto aos termos da Cláusula Segunda; nesta não se prevê qual o número máximo de atendimentos possíveis e até quando o Hospital prestara serviços aos alunos do 1º Grau da rede estadual, nos termos deste Convênio. O recebimento dos recursos mencionados implicará na contrapresentação dos serviços, gratuitamente, por tempo indeterminado?

Fazemos nossa esta apreciação. Pelas justificativas apresentadas pelo Sr. Diretor, está o Hospital passando por graves dificuldades orçamentárias. É de se lamentar. O belo e utilíssimo trabalho prestado por um Hospital, numa área de sua exclusiva especialidade em termos nacionais, deveria poder contar com os recursos necessários a sua adequada manutenção, sem precisar se socorrer de recursos que de fato teriam imediata aplicação na melhoria qualitativa do ensino de 1º Grau, inclusive na área da pré-profissionalização, meta do atual governo e de recursos tão escassos (tenham-se presentes OS cortes produzidos nos convênios com entidades dedicadas a essa tarefa).

Entretanto, essas considerações não devem impedir que a Secretaria de Estado da Educação dê seu apoio a essa obra tão meritória.

II - CONCLUSÃO

Aprova-se, nos termos deste Parecer, a minuta de convênio a ser assinado entre a Secretaria de Estado da Educação e o Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Labiopalatais da Universidade de São Paulo, localizado em Bauru objetivando o atendimento de portadores de malformações congênitas labiopalatais matriculados nas escolas de 1º Grau.

São Paulo, 24 de março de 1980

a) Cons. MARIA APPARECIDA TAMASO GARCIA
- Relatora -

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Planejamento adota como seu Parecer o voto da Nobre Conselheira Relatora.

Presentes os Nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1980.

a) Cons. JOÃO BAPTISTA SALLES DA SILVA
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissões de Planejamento, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale" em 23 de abril de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR -
Presidente